

Leitura do institucionalismo organizacional a partir da teoria do organizar de Karl Weick

FÁBIO GRIGOLETTO ¹
MÁRIO AQUINO ALVES ²

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR) / CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA – CAMPUS LAGOA DO SINO, BURI – SP, BRASIL

² FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV EAESP) / ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO, SÃO PAULO – SP, BRASIL

Resumo

O objetivo central deste artigo é evidenciar as possibilidades de uso da teoria do organizar de Karl Weick como microfundamento para o institucionalismo organizacional, considerando que essa abordagem da ação se mostra mais adequada do que aquelas predominantes nos estudos institucionalistas. Partindo do pressuposto de que a ação em organizações se orienta por ordens institucionais abrangentes que não estão desconectadas da interação social e dos processos de construção de sentidos, propõe-se a integração entre o institucionalismo organizacional e a teoria do organizar como base para a análise de processos organizativos. Por meio de revisão das denominadas “ondas” da teoria neoinstitucional em organizações, aborda-se a relação entre o organizar, a construção de sentidos e as instituições. Além de apresentar uma síntese da trajetória do institucionalismo organizacional, destacam-se deslocamentos epistemológicos observados no âmbito desse corpo teórico ao longo do tempo. Por fim, apresentam-se as potenciais contribuições do uso da teoria do organizar (WEICK, 1979) como microfundamento teórico adequado para a análise institucional de estratégias e práticas empregadas para a manutenção de organizações.

Palavras-chave: Organizações não convencionais. Institucionalismo organizacional. Organizar. Karl Weick.

A reading of organizational institutionalism using Karl Weick's organizing theory

Abstract

The objective of this paper is to highlight the possibilities of using the organizing approach as a micro foundation for organizational institutionalism given that it presents a theory of action more adequate than the ones which predominate in the institutionalist works. Based on the assumption that action in organizations is guided by comprehensive institutional orders that are not, however, isolated from social interaction and sense-building processes, it is proposed to integrate institutional theory with the approach of organizing as a base for the analysis of organizational processes. Through a review of what we call different “waves” of neo-institutional theory in organizations, we theorize the relationship between organizing, sensemaking, and institutions. In addition to presenting a synthesis of the trajectory of organizational institutionalism, we highlight some epistemological shifts observed within this theoretical body over time. Finally, we present the potential contributions of the use of an analytical lens that takes the approach of organizing (WEICK, 1979) as a theoretical micro foundation suitable for the institutional analysis of strategies and practices employed for the maintenance in organizations.

Keywords: Non-conventional organizations. Organizational institutionalism. Organizing. Karl Weick.

Una lectura del institucionalismo en organizaciones a partir de la teoría del organizar de Karl Weick

Resumen

El objetivo central de este trabajo es evidenciar las posibilidades de uso de la teoría del organizar como microfundamento para el institucionalismo organizacional, dado que ese abordaje de la acción demuestra ser más adecuado que aquellos predominantes en los estudios institucionalistas. Partiendo del presupuesto de que la acción en organizaciones se orienta por órdenes institucionales integrales que no están desconectadas de la interacción social y de los procesos de construcción de sentidos, se propone la integración del institucionalismo organizacional con la teoría del organizar como base para el análisis de procesos organizativos. Por medio de la revisión de las denominadas “olas” de la teoría neoinstitucional en organizaciones, se aborda la relación entre el organizar, la construcción de sentidos y las instituciones. Además de presentar una síntesis de la trayectoria del institucionalismo organizacional, se destacan desplazamientos epistemológicos observados en el ámbito de este cuerpo teórico a lo largo del tiempo. Por último, se presentan las contribuciones potenciales de la utilización de la teoría del organizar (WEICK, 1979) como microfundamento teórico adecuado para el análisis institucional de estrategias y prácticas empleadas para el mantenimiento de organizaciones.

Palabras clave: Organizaciones no convencionales. Institucionalismo organizacional. Organizar. Karl Weick.

Artigo submetido em 23 de novembro de 2017 e aceito para publicação em 23 de novembro de 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395172948>

INTRODUÇÃO

Lidar com questões gerenciais é um desafio para organizações como cooperativas de assentados rurais da reforma agrária e também para os Pontos de Cultura, estruturas organizacionais constituídas no âmbito do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. O caráter experimental dessas organizações tensiona um dos pressupostos centrais da teoria institucional em organizações: a ideia de que as organizações se tornam similares ao se conformar a crenças institucionalizadas como forma de alcançar legitimidade (ABERNETHY e CHUA, 1996; LOW e JOHNSTON, 2008; MARQUIS, GLYNN e DAVIS, 2007; MEYER e ROWAN, 1977; DIMAGGIO e POWELL, 1983). Como é construída a legitimidade quando as crenças institucionalizadas são fragmentadas e inexistente um campo organizacional consolidado?

Este artigo investiga como as práticas do organizar são mantidas em organizações, especialmente naquelas que não se situam em campos organizacionais fortemente institucionalizados. Para tanto, elabora-se um modelo de inspiração institucional adequado à análise do organizar em espaços onde emergem formas alternativas de ação coletiva organizada (ROTHSCHILD-WHITT, 1979; PARKER, CHENEY, FOURNIER et al., 2014). Por formas alternativas de ação coletiva organizada nos referimos a organizações formalizadas a partir de acúmulos configurados em trajetórias diversas de ação política, muitas vezes como expressão de estratégias de legitimação e/ou mobilização de recursos, quando não de ampliação do espaço de representação de determinados segmentos sociais. Como exemplos expressivos, além das cooperativas de agricultores familiares e assentados rurais e os Pontos de Cultura, pode-se destacar empreendimentos econômicos solidários e associações de bairro.

Partindo do pressuposto de que a ação em organizações se orienta por referenciais culturais, simbólicos e interpretativos e, ao mesmo tempo, emerge da interação social, busca-se uma chave analítica que permita investigar o caráter espaço-temporalmente situado da ação individual e organizacional e da construção de sentidos, aqui entendida como processo de objetivação da realidade social (BERGER e LUCKMANN, 1974), e de negociação coletiva de interpretações plausíveis acerca do caráter ambíguo e passível de equívocos dessa realidade (WEICK, 1979). Ao considerar a ambiguidade e a equivocidade como formuladas na teoria do organizar de Karl Weick, almeja-se aumentar o potencial de uso do institucionalismo organizacional como chave teórica para a análise e compreensão de processos organizativos em torno de organizações formais no Sul Global. A teoria do organizar compreende uma visão específica do fenômeno organizacional ao conceber que a organização não existe enquanto ente estável, dotado de uma condição essencial apreensível univocamente, mas sim como um ciclo repetitivo de comportamentos entrelaçados que é continuamente feito, desfeito e refeito por meio de processos de atenção retrospectiva que possibilitam a construção de sentidos acerca das circunstâncias ambíguas que caracterizam o cotidiano organizacional (WEICK, 1979, 1995).

Inicialmente, retoma-se o processo de emergência da teoria institucional em organizações buscando ilustrar a formação de diferentes correntes de pensamento aninhadas em torno dessa denominação. Utilizando a ideia de “ondas”, essas correntes são agrupadas com base nas diferentes formas de articulação teórica observadas na literatura. Em seguida, apresenta-se a teoria do organizar (WEICK, 1979) como fundamento microssociológico dotado de abordagem da ação adequada à ampliação do potencial analítico do institucionalismo organizacional. Após um exercício de integração baseado em aparentes tensões teóricas entre as duas abordagens, apresenta-se uma proposta de análise institucional do organizar.

A sistematização proposta contribui com o campo dos estudos organizacionais ao evidenciar deslocamentos epistemológicos observados no desenvolvimento do corpo teórico do institucionalismo em organizações. Adicionalmente, o estudo identifica as principais tensões teóricas entre a abordagem do organizar (WEICK, 1979) e o institucionalismo organizacional, possibilitando que sejam examinadas frontalmente e, assim, dirimidas. Ao mesmo tempo, oferece suporte teórico para a investigação de processos organizativos realizados no Sul Global.

INSTITUCIONALISMO ORGANIZACIONAL: ENTRE A PROFUSÃO DE CORRENTES E AS FUNDAÇÕES MICROSSOCIOLÓGICAS

O institucionalismo organizacional é um campo teórico abrangente que se fundamenta em um pressuposto comum: a ação em organizações é influenciada por quadros referenciais de diferentes ordens – culturais, simbólicos, interpretativos, entre outros – articulados em torno da ideia de instituições. Estas delimitam a ação, podendo potencializá-la, neutralizá-la ou constrangê-la. Os indivíduos, por sua vez, podem reforçar ou desafiar as instituições ao agir. Sob essa ideia comum, inúmeras correntes foram desenvolvidas utilizando diferentes níveis de análise, enfatizando diferentes dimensões institucionais – coercitiva, normativa e cognitiva – e tratando de modo diverso o tema da estrutura organizacional (POWELL e DIMAGGIO, 1991; SCOTT, 1995).

Na primeira onda de estudos institucionalistas, priorizou-se o enfoque analítico em organizações individuais e/ou redes de organizações diretamente articuladas entre si – as denominadas redes interorganizacionais (SELZNICK, 1949). A dimensão normativa das instituições, ou seja, o caráter de “regra moral” por elas assumido, guiou a análise das estruturas informais resultantes de interações sociais recorrentes (POWELL e DIMAGGIO, 1991). Ao invés de referenciar a análise na estrutura formal das organizações, os autores desse período abordaram as estruturas informais emergentes das interações sociais, evidenciando como elas se desviavam dos aspectos formais das organizações e subvertiam seus objetivos racionalizados (POWELL e DIMAGGIO, 1991).

A preocupação central dos autores era explicitar e explicar as dimensões não racionais da vida organizacional, aquelas que escapavam às organizações enquanto sistemas de atividades organizadas. Tal preocupação ganhou destaque por meio dos estudos de Phillip Selznick e Arthur Stinchcombe. No clássico *TVA and the grassroots*, Selznick (1949) analisou a relação entre conflitos e estratégias organizacionais que redundaram na cooptação intencional, por parte da organização de iniciativa governamental – o Tennessee Valley Authority –, de organizações pré-existentes nas áreas onde o programa procurava promover formas de desenvolvimento rural (POWELL e DIMAGGIO, 1991). Stinchcombe (1965), em seu capítulo para o *Handbook of organizations* organizado por James March, procurou ressaltar o caráter político das organizações em seu processo de interação com as sociedades que as circundam, mostrando como as estruturas sociais podiam induzir (conceito de *imprimir*) padrões inerciais em organizações – devido aos diversos interesses – que acabavam sendo reproduzidos na própria sociedade.

Ao examinar a constituição de coalizões pontuais e informais, Selznick (1949) explicitou a relevância de uma fração da vida organizacional que emergia apesar da estrutura formal do TVA. Esses microprocessos constrangiam a estrutura formal da organização, redesenhando sua missão presumida em favor de interesses coordenados informalmente (POWELL e DIMAGGIO, 1991). Stinchcombe (1965), por sua vez, foi um dos primeiros autores organizacionais a mostrar os efeitos de reprodução estrutural promovidos por meio das organizações.

Ambos os autores concebiam as organizações como integradas às comunidades locais, possuindo laços de lealdade com organizações de seu entorno. As relações de proximidade ocupavam papel central na construção do ambiente e das organizações. Com o prolongamento dessa dinâmica ao longo do tempo, as organizações acabavam adquirindo valor em si, tornando-se fonte de pressões institucionais normativas que levavam os atores organizacionais a se conformar a elas (POWELL e DIMAGGIO, 1991). Nesse sentido, ganha destaque a ideia de cooptação (SELZNICK, 1949) e o conceito de *imprimir* (STINCHCOMBE, 1965).

Na segunda onda de estudos institucionalistas, o conceito de “campo organizacional” ganhou notoriedade (SCOTT, 1995). O enfoque cultural-cognitivo assumiu papel central por meio do destaque atribuído a classificações, rotinas e esquemas interpretativos como categorias explicativas que revelavam o papel da dimensão simbólica da estrutura organizacional na formação da ação. Logo, a análise da estrutura social se deu por meio do enfoque cognitivo, de modo que as investigações se voltaram à interpretação de papéis e *scripts* tipificados como expressão da conformidade ou desafio aos atributos estruturais. Assim, conceitos como isomorfismo (POWELL e DIMAGGIO, 1991) e *desacoplamento* (MEYER e ROWAN, 1977) ganharam destaque como modo de explicar porque as organizações se tornavam similares e buscavam legitimidade em seu campo de atuação, respectivamente.

A preocupação central, portanto, era explicar a difusão de estruturas e formas organizacionais comuns em diferentes setores e localidades. Como argumentado pelos autores do período, a adoção dessas estruturas assumia caráter cerimonial, sendo empregada como modo de legitimação da organização perante seu campo de atuação (MEYER e ROWAN, 1977). DiMaggio e Powell (1983) ampliaram a interpretação da difusão institucional por meio da proposição de uma tipologia para a análise do isomorfismo em suas origens coercitiva, mimética e normativa. A tipologia proposta pelos autores possibilitou identificar

diferentes origens de homogeneização organizacional. Procurando atender a requisitos impostos por organizações das quais dependiam, tomando organizações prestigiadas como referência ou tentando adquirir as características formais predominantes em seu campo de atuação, as organizações se tornariam isomórficas ao buscar legitimidade perante o público e outras organizações. A terceira onda do institucionalismo organizacional se constituiu em torno da preocupação com a predileção por análises macroinstitucionais que se observa nos trabalhos anteriores. Como consequência dessa predileção, as bases microssociais dos fenômenos analisados acabaram negligenciadas (BARLEY, 2008; POWELL e COLYVAS, 2008; MUNIR, 2015; SUDDABY, 2010, 2015; HIRSCH e LOUNSBURY, 2015; WILLMOTT, 2011, 2015). O resultado foi uma especialização na investigação de componentes que operavam em níveis distantes das interações sociais: reformas do serviço civil (TOLBERT e ZUCKER, 1983), constituição de regras em mercados internos de trabalho (DOBBIN, SUTTON, MEYER et al., 1993) ou transformações nas formas de controle corporativo (FLIGSTEIN, 1990). Ao explicar fenômenos abrangentes, os trabalhos mencionados se distanciaram dos atores organizacionais, retirando deles qualquer centralidade nas argumentações apresentadas (HALLETT e VENTRESCA, 2006).

Respondendo a esse prognóstico, os trabalhos desse período reelaboraram a relação entre estrutura e agência por meio das proposições de teóricos como Anthony Giddens e Pierre Bourdieu (HALLETT e VENTRESCA, 2006). A leitura indicativa de que os atores haviam desaparecido das explanações impulsionou a elaboração de abordagens como o empreendedorismo institucional (DIMAGGIO, 1988; MAGUIRE, HARDY e LAWRENCE, 2004; HARDY e MAGUIRE, 2008) e o trabalho institucional (LAWRENCE, SUDABBY e LECA, 2009). Em momento posterior, tornou-se recorrente a crítica de que esses esforços pela recolocação da ação no centro da análise tinham resultado em certas formas de voluntarismo (LAWRENCE e SUDDABY, 2006; LAWRENCE, SUDABBY e LECA, 2009; SUDABBY, 2010). Foi nesse contexto que a corrente das instituições habitadas (HALLETT e VENTRESCA, 2006; HALLETT, 2010) ganhou relevo. Aqui, a preocupação era com o processo de significação dos atributos estruturais observados nas interações cotidianas. A estrutura social, portanto, mais do que fonte definidora da formação da ação, configurava-se por meio da ação.

De todo modo, críticas de nova ordem vieram à tona. Martí e Mair (2009) identificaram o estabelecimento de dois padrões: um enfoque predominante no chamado “mundo desenvolvido”; e uma ênfase no estudo da ação de atores poderosos. No plano teórico, Voronov e Vince (2012) argumentam que o projeto do trabalho institucional não possibilitou investigar como os indivíduos experienciam as instituições, especialmente por não considerar adequadamente o papel das emoções e da ação inconsciente nos processos individuais de significação.

Não interessa a este estudo propor um exame exaustivo das principais críticas endereçadas a cada uma dessas correntes, tampouco a investigação das respostas apresentadas pelos autores que a elas se dedicaram. Cabe, entretanto, um reconhecimento e uma indagação. Se, por um lado, o interesse pela mudança se tornou a preocupação central das investigações, retomando a relação entre a ação e as instituições como foco principal (NOGUEIRA, 2014), como explicar a fragmentação teórica que passou a caracterizar o institucionalismo organizacional no mesmo período?

Procurando trazer possíveis respostas a essa pergunta, realiza-se um resgate dos primeiros trabalhos com questionamentos teóricos endereçados ao institucionalismo organizacional. Em segundo lugar, apresenta-se uma breve síntese dos fundamentos microssociológicos tomados como ancoragem em diferentes linhas de trabalho voltadas à explanação do papel da ação e dos indivíduos na dinâmica institucional. Por fim, introduz-se a teoria do organizar (WEICK, 1979) como fundamentação alternativa.

Ação e indivíduos na dinâmica institucional

Em 1988, Lynne Zucker editou o livro *Institutional patterns and organizations: culture and environment*, resultado de uma conferência onde foram debatidos os fundamentos do neoinstitucionalismo organizacional. Apesar de adotarem ênfases diversas, os pesquisadores reunidos compartilhavam o diagnóstico de que a disciplina enfrentava problemas teóricos (EDWARDS, 2015).

Paul DiMaggio (1988) abriu o volume reconhecendo a predominância de uma visão dos sistemas sociais como fortemente institucionalizados, portando uma intrínseca tendência à estabilidade. Em sentido oposto, Lynne Zucker (1988) assinou o segundo capítulo da introdução definindo os sistemas sociais como socialmente entrópicos, do que decorreria a necessidade de esforços dirigidos para sua manutenção (EDWARDS, 2015). Para DiMaggio (1988), a pergunta seria como a mudança institucional poderia ocorrer apesar das pressões em favor da estabilidade. Segundo Zucker (1988), restaria responder como as instituições poderiam ser mantidas diante de um contexto de entropia social onde fatores não institucionais, como o autointeresse e os conflitos entre os níveis macro e micro da ordem social, impactam a ordem social.

Uma segunda divisão entre as concepções apresentadas pelos autores é a concepção da agência. Enquanto DiMaggio (1988) cunhou o termo *empreendedor institucional* para se referir ao agente organizacional dotado dos interesses e condições materiais e simbólicas necessários para redesenhar arranjos institucionais para acomodar seus próprios interesses, Zucker (1988) apontou as coletividades formalmente organizadas como a fonte primordial de alterações institucionais.

Em ambas as formulações, os autores tomaram conceitos caros às abordagens sistêmicas que caracterizavam o paradigma funcionalista de análise organizacional. A ideia de entropia, emprestada por Zucker (1988) dos estudos de termodinâmica realizados no campo da física, revela a presença das analogias orgânicas que caracterizam esse modo de pensar o social. No entanto, a concepção da realidade como tendente à estabilidade e à ordem, outra característica do paradigma (MOTTA, 1986), é desafiada pela visão da autora. O processo de entropia é dinâmico e transformador. Em sentido comum, a visão das organizações como espaço de agência coletiva deixa a mudança como possibilidade a sublinhar a formulação (ZUCKER, 1988).

Contudo, a articulação apresentada por DiMaggio (1988) teve maior impacto. A ênfase atribuída à estabilidade das macroestruturas resultou em certa tendência ao determinismo estrutural. Mais tarde, ao procurar explicar a mudança tomando a mesma formulação como baliza, alguns autores apresentaram visões estereotipadas dos empreendedores institucionais, banalizando a possibilidade da mudança institucional como resultado de escolhas agênticas (MUTCH, 2017).

Partindo de posições distintas daquelas que fundamentaram as correntes do empreendedorismo institucional (DIMAGGIO, 1988; MAGUIRE, HARDY e LAWRENCE, 2004; HARDY e MAGUIRE, 2008) e do trabalho institucional (LAWRENCE e SUDDABY, 2006; LAWRENCE, SUDABBY e LECA, 2009), duas novas vertentes ganharam destaque recentemente: as lógicas institucionais (FRIEDLAND e ALFORD, 1991; THORNTON, OCASIO e LOUNSBURRY, 2012) e as instituições habitadas (HALLETT e VENTRESCA, 2006; HALLETT, 2010).

Friedland e Alford (1991) introduziram o conceito de lógicas institucionais identificando cinco ordens institucionais características das sociedades ocidentais: o Estado burocrático; a família; a religião; o mercado; e a democracia. A cada uma delas responderia uma lógica institucional específica que constituiria, por sua vez, os atores (indivíduos e organizações) e a sociedade. Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012) adicionaram duas ordens institucionais à formulação inicial: comunidade; e profissões. Radicalizando o socioconstrucionismo subjacente à formulação inicial, os autores propuseram o desacoplamento entre as ordens institucionais e as lógicas. Para alguns autores, essa proposição liberou os pesquisadores para investigar a interação entre diferentes lógicas (GLYNN, 2013).

Conquanto essa proposição tenha rendido um abrangente conjunto de trabalhos que investigam o caráter híbrido de organizações e campos organizacionais, afastando o isomorfismo e a adoção cerimonial de formas organizacionais como chave explicativa, alguns questionamentos podem ser realizados. Em primeiro lugar, não parece razoável tomar as sociedades ocidentais como homogêneas, especialmente no que se refere à possibilidade de dissociação indiscriminada entre ordens institucionais e lógicas institucionais nos chamados países em desenvolvimento situados no Ocidente. Em segundo lugar, tomar como dada a possibilidade de hibridização pode resultar na desconsideração do caráter contraditório, quando não excludente, assumido por ordens institucionais como o mercado e a comunidade, por exemplo. Ao radicalizar o socioconstrucionismo de Berger e Luckmann (1974), a corrente de lógicas institucionais acabou desconsiderando o caráter totalizante e contraditório intrínseco à realidade em sociedades complexas contemporâneas (SEO e CREED, 2002).

Tim Hallett e Marc J. Ventresca (2006) propuseram um “repopoamento” da teoria institucional por meio da corrente das instituições habitadas. Para os autores, a visão das instituições como lógicas supraorganizacionais e a desconsideração do papel das interações sociais gerou um “desacoplamento” entre a sociologia organizacional institucionalista e suas fundações microsociológicas, que passaram a ser referenciadas cerimonialmente como modo de garantir legitimidade no campo acadêmico (HALLETT e VENTRESCA, 2006; BARLEY, 2008).

Inspirados no interacionismo simbólico, Hallett e Ventresca (2006) emprestaram o termo *instituições habitadas* (SCULLY e CREED, 1997) para identificar uma releitura da obra *Patterns of industrial bureaucracy*, de Gouldner (1954). Ao focalizar as interações e o modo como as pessoas “fazem as coisas junt[a]s” (HALLETT e VENTRESCA, 2006, p. 215), os autores evidenciaram o caráter negociado do componente microsocial das instituições. Essas negociações ocorrem em torno de uma ordem social previamente estabelecida, mas também em referência a interações imediatas entre atores ocupando diferentes papéis institucionais. Assim, ocorrem variações no modo como as instituições são experienciadas, dados os diferentes matizes de sentidos atribuídos a uma mesma instituição em um contexto comum (HALLETT e VENTRESCA, 2006).

O institucionalismo habitado retoma os sentidos como conceito fundamental na teoria institucional, engajando-se explicitamente com eles enquanto produto das interações situadas (HALLETT e VENTRESCA, 2006; HALLETT, 2010; HAEDICKE, 2012). Essa postura extrapola a visão dos sentidos que marcou o novo institucionalismo, onde estes eram vistos como elementos culturais implícitos e inertes. O foco na dinâmica interna das organizações possibilitou um entendimento de como diferentes padrões de sentidos emergem nas interações guiadas por um referencial institucional abrangente como o burocrático, no caso investigado pelos autores. A adoção de uma perspectiva interna possibilitou a investigação de como “sistemas institucionalizados de sentidos são compreendidos e interpretados no âmbito das organizações” (SUDDABY, 2010, p. 18).

A ideia de instituições habitadas ameniza a ligação do institucionalismo organizacional com a armadilha da exacerbada ênfase na retórica da mudança institucional (MUTCH, 2017). Ao mesmo tempo, garante espaço analítico para manifestações não cognitivas da agência, como nos casos da ação motivada por emoções e crenças (FRIEDLAND, 2009; VORONOV e VINCE, 2012). Ademais, situa novamente os indivíduos e suas interações no centro da análise, recobrando “as fundações cognitivo/fenomenológicas” que conformam o núcleo do argumento institucional (SUDABBY, VIALE e GENDRON, 2016, p. 227).

Por outro lado, a abordagem circunscreve sua teoria da ação aos limites do interacionismo simbólico. Como destacado por Fine (1993, p. 69), o “argumento de que interacionistas acreditam somente em escolhas agenciais tem sido uma crítica frequente à perspectiva”. Ao mesmo tempo, não provê um tratamento adequado para a história na formação da ação, dado que assentada sobre a prerrogativa de que as interações ocorrem como que em uma performance teatral, onde os atores performam papéis e roteiros informados por sistemas locais de sentidos (HALLETT e VENTRESCA, 2006). Sem uma adequada consideração da relação entre história e biografias (WRIGHT-MILLS, 1975), dificulta-se a realização de análises diacrônicas.

Autores brasileiros procuraram lidar com essas limitações por meio de uma leitura estruturacionista da teoria institucional (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA e CRUBELLATE, 2005), dando centralidade ao papel da interpretação na constituição da relação estrutura/agência. De modo mais evidente, sustentam um caminho multiparadigmático para a abordagem institucional, reforçando não apenas os aspectos intencionais e não intencionais da agência, como antevê o modelo estruturacionista de Anthony Giddens, mas sobretudo o caráter recursivo da institucionalização, com forte ênfase na interpretação intersubjetiva das estruturas (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA e CRUBELLATE, 2005).

Enactment e a dinâmica institucional

Um caminho pouco explorado na literatura nacional, embora não mais inédito (MACIEL, WEYMER e AUGUSTO, 2012) é o uso do conceito de *enactment* (WEICK, 1979) como base para a teorização da ação organizacional.

A produção de sentidos por meio de práticas cotidianas informadas pela ordem social predominante e pela experiência acumulada faz do organizar (WEICK, 1979) uma alternativa interessante para a investigação da dinâmica institucional. Embora articulada majoritariamente em torno da ideia de *criação de sentido*, a possibilidade de integração entre as duas abordagens foi incentivada por diversos autores (WEICK, SUTCLIFFE e OBSTFELD, 2005; POWELL e COLYVAS, 2008; SANDBERG e TSOUKAS, 2015). Esse chamado inspirou trabalhos conceituais (WEBER e GLYNN, 2006; CORNELISSEN e CLARKE, 2010) e empíricos (COLEMAN, CHECKLAND, HARRISON et al., 2010; JENSEN, KJÆRGAARD e SVEJVIG, 2009; SHARMA e GOOD, 2013). Ainda assim, pouco se tem falado sobre elementos relevantes formulados diferentemente nas duas abordagens: a concepção da ação e a relação entre a organização e o ambiente.

Enquanto o novo institucionalismo sofre críticas por carecer de uma adequada teoria da agência (DIMAGGIO, 1988; POWELL e COLYVAS, 2008), a teoria do organizar tem no conceito de *enactment* seu domínio da ação. Enquanto a distinção entre a organização e o ambiente é central na teoria institucional, no organizar (WEICK, 1979) ela é concebida relacionalmente (EMIRBAYER, 1997): da posição do agente organizacional, o ambiente existe na medida em que ele o percebe e, especialmente, da forma como ele o percebe. A obra inicial de Karl Weick (1979) será retomada como forma de lidar com essas tensões teóricas.

O ORGANIZAR E A ORGANIZAÇÃO: ENTRE O VERBO E O SUBSTANTIVO

A teoria do organizar foi apresentada no livro *The social psychology of organizing* (WEICK, 1979) como forma específica de investigar o fenômeno organizacional, também ensejando uma crítica a pressupostos das teorias organizacionais dominantes à época. Ao pressupor que toda organização é dotada de uma finalidade específica e de uma racionalidade essencial, as conceituações tradicionais reificavam a organização, gerando um conjunto de imprecisões analíticas: a tomada de evidências ocasionais como base empírica generalizável; a tendência analítica à dissolução dos indivíduos em favor de uma pretensa homogeneidade organizacional; e distorções nas tentativas de delimitação daquilo que é interno e externo à organização (WEICK, 1979).

A crítica às abordagens utilitaristas é um primeiro ponto em comum entre o institucionalismo organizacional e o organizar. A hegemonia de modelos de análise organizacional baseados na ideia de indivíduos e organizações calculadores de consequências preocupava pesquisadores de diversas áreas. Enquanto a resposta institucionalista foi forjada por teóricos da sociologia das organizações, o organizar emergiu no campo da psicologia social. As duas correntes respondiam de modo diferenciado a teoria dos sistemas abertos (KATZ e KAHN, 1978; SCOTT, 1995), que deu destaque analítico às relações entre a organização e o ambiente circundante.

No organizar, assume centralidade a ideia de que a organização não existe como um ente estável, mas como resultado de “comportamentos entrelaçados” imersos em processos condicionalmente relacionados. Assim, ele é entendido como a junção entre processos de interação que criam, conservam e dissolvem coletividades continuamente, sendo a organização “as maneiras pelas quais tais processos são continuamente executados” (WEICK, 1979, p. 1) – a constituição da organização se daria por meio da interação entre indivíduos. No institucionalismo organizacional, de maneira geral, adotou-se o caminho inverso: a organização, enquanto forma estrutural, era entendida como precedente em relação aos indivíduos e, portanto, à ação.

Para Weick (1979), o organizar resulta da formação de ciclos repetitivos de comportamentos recíprocos interligados. Diante das ambiguidades da vida cotidiana, esses ciclos se apresentam como formas sociais úteis ao imperativo da construção de sentidos acerca do fluxo contínuo de experiência (SCHUTZ, 1967; WEICK, 1979). Assim, o nível individual assume primazia em relação ao organizacional. Na teoria institucional, as organizações são vistas como mecanismos criados para a dissolução de dilemas sociais (ZUCKER, 1988). Nas palavras de Selznick (1949), como *ferramentas recalitrantes*. Aqui, o nível organizacional tem primazia analítica sobre o individual.

No entanto, essa contradição não é intransponível. O institucionalismo habitado (HALLETT e VENTRESCA, 2006) é expressão dos esforços para reengajar a teoria institucional em seus fundamentos microssociais. A primazia analítica dada ao indivíduo não pressupõe a inexistência da organização como forma social estrutural. Ela somente concebe o nível organizacional como função do nível individual. Ademais, é o caráter situado desse foco analítico que garante o espaço para a teoria da ação inscrita no organizar.

A forma como a realidade social é concebida por Weick (1979) configura um dos cerne dessa teoria da ação. O mundo social é entendido como espaço de ambiguidade onde os atores sociais agem para constituir a referência primária a ser interpretada. É por essa razão que os sentidos assumem centralidade teórica. Aqui, ainda que em seus próprios termos, as proposições do autor encontram a visão da realidade socialmente entrópica elaborada por Zucker (1988), destacada autora de trabalhos institucionalistas.

A produção de sentidos é entendida como um processo de atenção retrospectiva. Uma situação não pode ser objeto de atenção reflexiva plena enquanto ocorre. Embora situada em determinado lugar e em determinado momento, a atenção é remetida ao que já ocorreu, às experiências vividas. Assim, o sentido de qualquer ação ou evento é a maneira pela qual a atenção os vê após terem ocorrido. Esse processo não é infalível em relação aos interesses dos atores, tampouco aos projetos em que estão inseridos. Fatores contextuais e institucionais também influenciam a atenção dispensada aos eventos e às ações, bem como o processo de atenção seletiva que identifica determinadas pistas em detrimento de outras (WEICK, 1979; WEICK, SUTCLIFFE e OBSTFELD, 2005).

Claramente influenciado pela fenomenologia (SCHUTZ, 1967), Weick (1979) parte da ideia de que os indivíduos existem em qualquer coletividade imersos em uma corrente contínua de experiência. Uma vez vivida, a experiência se torna disponível à atenção. Quando o processo de atenção se dá, o indivíduo implicado se afasta da corrente contínua de experiência, podendo,

por meio de sua atenção, segmentar eventos ou ações pretéritas de modo que estas se tornem mais definidas e, possivelmente, significativas. É por meio desse processo, denominado *enactment* por Weick (1979), que as ambiguidades intrínsecas à corrente contínua de experiência são dissipadas ou minimizadas, permitindo a construção e atribuição de sentidos às ações, experiências e eventos.

Embora os sentidos construídos possam apresentar alguma ordem de precariedade, eles constituem a informação que subsidia o organizar. Diante do caráter ambíguo da realidade social, os indivíduos agem para que possam criar algo palatável à interpretação. O *enactment* é um processo de ação-interpretação. Levado à última consequência, o conceito revela que, assim como os eventos e as ações ganham sentido por meio da atenção retrospectiva, sendo entendidos como existentes, a organização é produto da ação dos indivíduos e grupos por meio do mesmo processo (WEICK, 1979). Assim, o papel da cognição é formulado de modo ampliado em relação àquele observado no neoinstitucionalismo organizacional: mais do que esquemas interpretativos pré-estabelecidos e guiados por repertórios culturais multiescalares, a cognição responde a processos interpretativos situados no tempo e no espaço que, no entanto, apoiam-se em experiências pretéritas. Como propomos, a centralidade das experiências pretéritas na formulação da abordagem garante a entrada da história, em sua relação com a biografia individual (WRIGHT-MILLS, 1975), no quadro de análise. Como as instituições, em si, são resultado da história (SEO e CREED, 2002; SUDDABY, FOSTER, MILLS et al., 2013), essa entrada também revela uma aproximação com a teoria institucional.

Weick (1979) estabelece dois elementos subsequentes ao *enactment*: a seleção e a retenção. Enquanto o *enactment* cria conteúdos dotados de sentido que nutrem de informações o organizar, na seleção se dissipa a maior parte da ambiguidade incidente. O acionamento de critérios estabelecidos preteritamente, ou seja, regras e normas distintivas sedimentadas localmente, delimita as possibilidades de informação selecionadas como plausíveis. Por meio desses critérios, a diversidade presente na informação ambígua é separada, de modo que se torna possível a identificação das partes de informação adequadas a eles. No processo de retenção, os itens ordenados na seleção, inéditos no sistema, são integrados aos itens conservados em processos anteriores. Ao reorganizar informações pretéritas e inéditas, acaba também por dissipar resíduos de ambiguidade, constituindo uma base referencial para assimilação de situações futuras (WEICK, 1979).

A tríade *enactment*-seleção-retenção constitui a teoria da ação que fundamenta a teoria do organizar. Nela, a ação tem fundamento retrospectivo e seletivo. A experiência seletivamente acumulada também é seletivamente acionada diante do contexto da ação. No entanto, essa seletividade, não responde ao manejo deliberado e intencional, como elaborado na proposição de Ann Swidler (1986), mas sim a um processo improvisacional. Na teoria institucional, a agência é delimitada por processos de outra ordem. O caráter *taken-for-granted* da ação institucionalizada diz respeito ao comportamento irreflexivo guiado por conteúdos cognitivamente internalizados. Embora possam parecer diametralmente opostas, é necessário considerar a origem do argumento de Weick (1979) para que possa ser apreciada a possibilidade de integração das duas concepções.

Trabalhando na tradição da psicologia social, o foco da formulação teórica do autor é o domínio da cognição. Ao tomar o ator organizacional como referência, ele aborda a constituição cognitiva da realidade. Logo, a afirmação de que a organização e o ambiente são criados por meio de *enactments* não deve ser interpretada literalmente, mas relacionalmente (EMIRBAYER, 1997). Do ponto de vista individual, a organização e o ambiente só existem na medida em que são percebidos. A teoria do organizar é uma formulação teórica focada na investigação de como essa percepção se dá, afetando as formas por meio das quais a realidade é apreendida e, conseqüentemente, o espectro de ações e interpretações possíveis que resulta dela.

Adicionalmente, o próprio Weick (1979) reconheceu que uma consideração adequada dos efeitos do ambiente institucional sobre o organizar beneficiaria a abordagem (WEICK, SUTCLIFFE e OBSTFELD, 2005). Em termos analíticos, dispor o ambiente institucional como algo implícito nas pistas extraídas do ambiente ou no conteúdo acumulado cognitivamente pelos atores organizacionais resultaria em um reducionismo analítico ou, mais importante, em uma sobre-ênfase em agência. Sendo anteriores à constituição simbólica dos próprios atores, dado que dotados de uma historicidade, elementos institucionais regulativos e normativos (SCOTT, 1995; HWANG e COLYVAS, 2011; MUTCH, 2017) tendem a delimitar previamente a própria situação em que o organizar se dá. Isso não implica aceitar o determinismo estrutural pelo qual foi criticado o novo institucionalismo (HIRSCH e LOUNSBURRY, 1997), mas sim reposicionar o argumento institucional ao mesmo tempo em que se situa o argumento do organizar.

O segundo ponto de tensão entre as abordagens é a relação entre organização e ambiente. No organizar, a constituição do ambiente é elaborada do ponto de vista do indivíduo que o experimenta. O ambiente é abordado fenomenologicamente, ou seja, da forma como a atenção o vê. Mais do que um todo coerente e presumível, o que se tem é um conjunto ampliado de

possibilidades de apreensão seletiva. O ator organizacional, conscientemente ou improvisando diante de incertezas, participa do fraturado processo de constituição daquilo que virá a entender como ambiente.

No novo institucionalismo, a distinção entre organização e ambiente ganhou notoriedade, especialmente em decorrência do conceito de campo organizacional. Como argumentado por muitos autores, essa distinção se tornou marcante mais pelo tipo de investigação empírica que a divisão do trabalho acadêmico relegou aos teóricos das organizações do que como resultado dos fundamentos teóricos da disciplina (WEBER e GLYNN, 2006; SUDDABY, 2015; BARLEY, 2008). Como destacado por Czarniawska (2014), o conceito de campo organizacional trata das conexões simbólicas existentes entre organizações que atuam em um mesmo segmento. Nesse sentido, o que se tem são elementos simbólicos que se inscrevem nessas organizações independentemente de suas fronteiras imediatas. Aceitando que o simbólico se manifesta individual e coletivamente por meio de processos de interpretação e significação, a aparente tensão entre as duas abordagens parece dissolver-se.

POR UMA INTEGRAÇÃO: OS SENTIDOS, AS INSTITUIÇÕES E A ANÁLISE DO ORGANIZAR

Com base nessas reflexões e inspirados por trabalhos dedicados a objetivos semelhantes, entende-se que o esforço integrativo entre a teoria do organizar e o pensamento institucional em organizações possibilita reposicionar os indivíduos nas explicações institucionais e situar os processos organizativos em contextos onde múltiplas ordens institucionais coexistem, no mais das vezes, contraditoriamente (SEO e CREED, 2002). Entendemos que o organizar (WEICK, 1979) congrega pressupostos teóricos úteis à tarefa de reengajamento da teoria institucional em organizações no espaço e no tempo onde existem. Ao mesmo tempo, pensamos que a agenda de pesquisa institucionalista proposta por Zucker (1988) reúne formulações adequadas para que possamos situar o organizar no âmbito de coletividades formais e informais territorialmente situadas.

Assumindo que instituições são “tipificações e regras compartilhadas que identificam categorias de atores sociais e suas relações ou atividades apropriadas” (BARLEY e TOLBERT, 1997), entende-se que situações, identidades e relações sociais são sustentadas não somente em atenção a fatores macroinstitucionais, mas também e especialmente influenciadas pela historicidade imanente às atividades práticas cotidianas e pelos sentidos atribuídos a esses elementos. Para além de pressões institucionais abrangentes, outros fatores relevantes são as “renitentes relações sociais” (HALLETT e VENTRESCA, 2006, p. 226) historicamente acumuladas.

Instituições de alcance amplo como a família, o mercado e a religião só se tornam significativas quando praticadas. Esse processo é estritamente influenciado por fatores contextuais imediatos, o que significa que há amplo escopo para variação na performance de uma mesma instituição (BINDER, 2007). As instituições não existem independentemente das interações que dão “força e sentido” a elas (HALLETT e VENTRESCA, 2006, p. 227). Como destacado por Barley e Tolbert (1997, p. 97), “ações sociais podem variar em suas particularidades, mas, para serem interpretáveis, seus contornos devem conformar-se aos naturalizados pressupostos acerca das atividades e interações apropriadas para diferentes classes de atores”.

Uma vez que a pluralidade institucional é fonte de pressões contraditórias, são gerados conflitos, contradições e desentendimentos em organizações e indivíduos buscando realizar seus papéis em ações (JARZABKOWSKI, MATTHIESEN e VAN DE VEN, 2009). Assim, desencadeiam-se processos de busca por sentidos. Diante de incertezas e ambiguidades, os atores se apoiam tanto em hábitos e memórias quanto em sua capacidade projetiva (EMIRBAYER e MISCHKE, 1998) para extrair pistas úteis às suas tentativas de garantir alguma previsibilidade às situações, o que Weick (1979) denominou *enactment*.

Weber e Glynn (2006) propuseram uma abordagem integrativa das instituições e da *criação de sentido*, argumentando que essa integração é fértil para que a ideia das instituições como constrangimentos cognitivos internalizados possa ser ampliada, adicionando-se a dimensão habilitadora das instituições na produção de sentidos e na ação. Pode-se dizer que a abordagem da *criação de sentido*, embora tenha suas origens no trabalho onde Weick (1979) apresentou a ideia do organizar, constituiu um domínio próprio a partir do trabalho de autores que deram ênfase ao papel da linguagem na constituição do social (WEICK, 1995; CORNELISSEN e CLARKE, 2010; MAITLIS e CHRISTIANSON, 2014). Ao longo dessa trajetória, algumas formulações iniciais de Weick (1979) perderam centralidade nos trabalhos, como no caso da tríade *enactment*-seleção-retenção.

Na proposta de integração apresentada, as instituições não são tomadas como conteúdos inertes prontamente dispostos à hibridização, como formulado em alguns trabalhos (PACHE e SANTOS, 2013; BATTILANA e DORADO, 2010; MAIR, MAYER e LUTZ, 2015) baseados na abordagem das lógicas institucionais (THORNTON, OCASIO e LOUNSBURRY, 2012). A formação da

ação tampouco ocorre baseada essencialmente em repertórios próprios de interações sociais previamente tipificadas, como formulado nas instituições habitadas (HALLETT e VENTRESCA, 2006). Há, desse modo, uma forma de recursividade entre ação e estrutura (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA e CRUBELLATE, 2005; BARLEY e TOLBERT, 1997). Esta recursividade, no entanto, não pode ser explicada sem que se considere o caráter evidentemente distinto observado entre a estrutura social e a capacidade de ação dos atores organizacionais (MUTCH, 2017). É a teorização da ação proposta por Weick (1979) que permite que o esforço de integração aqui realizado distinga-se da formulação observada nas abordagens das lógicas institucionais (THORNTON, OCASIO e LOUNSBURRY, 2012) e das instituições habitadas (HALLETT e VENTRESCA, 2006). O que distingue a ação da estrutura social é o elemento interpretativo, a ação interpretativa. Entretanto, mais do que destacar seu papel (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA e CRUBELLATE, 2005), a tríade *enactment*-seleção-retenção pode auxiliar a explicitação de seu funcionamento. Adicionalmente, os elementos improvisacional e retrospectivo presentes na proposta do autor representam, a um só momento, um afastamento de concepções estereotipadas dos atores organizacionais e a consideração da história, respectivamente. Em termos analíticos, é a possibilidade de realização de análises diacrônicas que se apresenta por meio da consideração da historicidade das instituições interpretadas (SUDDABY, FOSTER, MILLS et al., 2013), como revelado pela ênfase analítica atribuída à relação entre a história e a formação da biografia dos atores organizacionais (WRIGHT-MILLS, 1975).

A título de ilustração, um breve exercício analítico pode ser realizado tomando como exemplo o processo de criação de um assentamento rural de reforma agrária em um bairro rural localizado no município de Sete Barras-SP, no Vale do Rio Ribeira do Iguape (GRIGOLETTO, 2018). Apresentando uma formação social heterogênea onde, apesar da predominância de posseiros que ocupam o lugar desde o início do século XX, também existem produtores agrícolas capitalizados, o bairro foi o cenário de conflitos fundiários que perduraram da década de 1960 até o final da década de 1990. Em meados dos anos 2000, a precedência dos posseiros sobre os fazendeiros que reivindicavam a titularidade da área foi reconhecida por meio da criação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, modalidade de assentamento rural concebida para ações de reordenamento fundiário realizadas em áreas de proteção ambiental (BERNINI, 2005, 2009; MARINHO, 2006).

A criação do assentamento, mais do que uma intervenção estatal, também representou o retorno dos posseiros à área de onde haviam sido despejados duas vezes durante o longo processo de conflito que ali se instalou. Por essa razão, a realocação das famílias nas áreas onde seus antepassados haviam se instalado era considerada prioritária. A chegada de novos atores sociais ao bairro durante o processo conflituoso, majoritariamente trabalhadores rurais em busca de um espaço de vida e trabalho, tornou, a um só tempo, a tarefa mais relevante e mais complexa. Embora o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tenha suas próprias diretrizes de divisão de lotes em assentamentos rurais, os próprios postulantes, animados por lideranças do bairro que então se organizavam em uma associação comunitária e que, curiosamente, não haviam sido prejudicadas pelo conflito diretamente, apoiaram-se em um sistema de categorização para garantir a devida legitimidade ao processo.

Dois categorias forjadas coletivamente guiaram a criação do assentamento: os históricos e os atuantes. Enquanto a primeira se referia às famílias de posseiros cujos antepassados haviam ocupado o bairro originalmente, a segunda foi utilizada na representação daqueles postulantes que não apresentavam ligação direta com o conflito fundiário em suas origens históricas. Por meio dessas definições, os posseiros originários, nos casos em que esse desfecho refletia sua vontade, puderam reocupar as áreas onde haviam vivido seus antepassados. As áreas remanescentes, então, puderam ser divididas entre aquelas famílias que, engajadas na luta pela terra, haviam-se mantido ativas durante todo o processo de negociação com os fazendeiros postulantes, os órgãos judiciários e o Incra.

A solução encontrada por meio da categorização (DOUGLAS, 1986), embora ao arrepio das regras formais do Incra, mesmo que encontrando a convivência de servidores do órgão que atuavam diretamente no bairro, revela o *enactment*, ou seja, a performance objetivada das memórias do conflito fundiário vivenciado no bairro e que, ao ser realizada após mais de quatro décadas, projetou os termos da negociação que possibilitou a minimização da ambiguidade e da equivocidade (WEICK, 1979) configurada no lugar a partir de contradições institucionais (SEO e CREED, 2002) configuradas pela sobreposição de dois regimes fundiários institucionalmente previstos: a posse e a titularidade formal.

Mais do que inexistência de um quadro institucional referencial homogêneo, como no caso de campos organizacionais maduros, que pudesse fornecer as guias de ação para a criação do assentamento, as regras formais do Incra foram deliberadamente ignoradas em favor da categorização forjada a partir da memória do conflito. Acreditamos que a consideração do encontro entre as lógicas institucionais burocrática e comunitária poderia render boas análises, do mesmo modo que um exame de

como os posseiros e as lideranças “habitaram” os trâmites burocráticos. Esses caminhos, no entanto, não congregariam os elementos analíticos oferecidos pela tríade *enactment*-seleção-retenção, dificultando a realização de uma análise diacrônica.

Entende-se que alguns trabalhos que se propuseram a utilizar variantes do pensamento institucional em organizações para descrever e explicar fenômenos organizacionais observados nos chamados países em desenvolvimento ou, como aqui adotado, no Sul Global, acabaram por incorrer em alguma ordem de inadequação teórica ou argumentativa, gerando explicações parciais ou seletivas (MARTÍ e MAIR, 2009; MCKAGUE, ZIESTMA e OLIVER, 2015). Queremos argumentar que, dada a manifestação parcial daquilo que se compreendeu na sociologia clássica como os vetores mais expressivos do processo de modernização – a secularização e a crescente divisão do trabalho, especialmente –, a ampliação da esfera da racionalidade instrumental sob o mundo social não foi observada nos referidos países do mesmo modo como no caso dos chamados países desenvolvidos ou, como aqui preconizado, do Norte Global.

A relevância demográfica de segmentos sociais como a agricultura familiar nos países em desenvolvimento, que expressa rupturas e continuidades com o campesinato (WANDERLEY, 2003), categoria empregada em análises dos processos sociais observados no mundo rural, evidencia o argumento. Apesar do desenvolvimento do capitalismo no campo, como revelado pela modernização produtiva e pela reposição dos sentidos das relações rural-urbano (WANDERLEY, 2009), em muitos espaços e lugares a organização formal, enquanto forma estrutural característica dos processos de racionalização da esfera produtiva, permaneceu predominantemente ausente até meados dos anos 1990.

Mais recentemente, após a experimentação sustentada de um conjunto de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, observou-se a emergência de cooperativas e associações no mundo rural brasileiro. Essa emergência, entretanto, não significou a configuração de um campo organizacional da agricultura familiar, não ao menos se considerada a emergência desse conceito em referência a conjuntos de organizações atuantes em segmentos similares onde a forte institucionalização de mitos racionalizados apareceria como fonte de legitimidade (MEYER e ROWAN, 1977). Desse modo, mais do que uma suposta tendência à homogeneização motivada por crenças institucionalizadas comuns, o que se têm é a manutenção de referenciais simbólicos diversos, muitas vezes articulados com base em territórios em torno dos quais se articulam diferentes identidades: assentados, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, entre outros.

O organizar, entendido como processos organizativos distribuídos realizados a partir de interações sociais com finalidade específica, é informado e, portanto, delimitado por instituições regulativas (SCOTT, 1995) e pela posição social dos atores organizacionais (BOURDIEU, 2007; BATTILANA, 2006; SUDDABY, VIALE e GENDRON, 2016). Resta à ação, no entanto, um espaço de improvisação fundamentada não somente em atributos estruturais, mas em processos interpretativos de caráter retrospectivo que colocam esses atributos estruturais em perspectiva diante da memória e, portanto, da história (SUDDABY, FOSTER, MILLS et al., 2013), como ilustrado a partir do caso do bairro rural descrito.

Suddaby, Foster, Mills et al. (2013, p. 101) argumentam que “a teoria institucional contém em seu âmbito um pressuposto central, embora não articulado, de teoria e método histórico”. Para os autores, no período recente, alguns trabalhos neoinstitucionalistas passaram a tratar a história como “uma série de condições subjacentes relativamente constantes e que expressam a si mesmas de modo relativamente consistente ao longo do tempo e do espaço” (SUDDABY, FOSTER, MILLS et al., 2013, p. 107). Além de impedir o exame do papel central assumido por interpretações e narrativas, argumentam que esse tratamento “racional-dedutivo” da história tem como consequência uma “tendência ao funcionalismo” (SUDDABY, FOSTER, MILLS et al., 2013, p. 108). Por fim, argumentam que as instituições devem ser compreendidas como processos históricos sustentados pela interação de indivíduos, “resultados de eventos passados e da interpretação dos mesmos” (SUDDABY, FOSTER, MILLS et al., 2013, p. 111).

Acredita-se que a tomada da teoria do organizar como microfundamento para o pensamento institucional em organizações vai ao encontro da argumentação dos autores, especialmente pela visão processual da organização adotada na abordagem e, de outra parte, pelo caráter inerente que a consideração da história assume em sua formulação, como revelado pela atenção dada às interpretações retrospectivas na formação da ação no presente. As instituições, enquanto processos históricos, delimitam as possibilidades de *enactment*, informando a ação de atores organizacionais diante da complexidade da realidade social.

Assim, em termos teóricos, a integração proposta articula a teoria da ação inscrita na teoria do organizar com a visão das instituições como regras e tipificações compartilhadas seletivamente acionadas no processo de atribuição de sentidos para estruturas organizacionais. Ao mesmo tempo, recupera a ênfase institucional na relação entre organizações e sentidos (SUDDABY, 2015) e amplia a visão das instituições como proposto por Weber e Glynn (2006). Assim, é possível considerar

tanto a conformidade às regras e tipificações quanto a possibilidade de acionamento destas em favor de mudança nas práticas organizacionais. Tomando as coletividades como espaços de ação para a dissolução de dilemas sociais em contexto de entropia social (ZUCKER, 1988) ou, em termos weickianos, de ambiguidade e equivocidade (WEICK, 1979), a integração apresentada mantém a flexibilidade necessária para a identificação de mudanças e diferentes visões acerca de um mesmo tópico.

Metodologicamente, a formulação aparece também como uma lente analítica adequada para a análise de relatos captados em entrevistas conversacionais e em observações etnográficas diversas. Assim, pode-se examinar como diferentes atores se inserem nas “renitentes relações sociais” (HALLETT e VENTRESCA, 2006, p. 226) historicamente acumuladas, de modo que as biografias pessoais possam ser interpretadas em relação à trajetória organizacional (WRIGHT-MILLS, 1975). Os mecanismos de seleção e retenção contidos na tríade analítica permitem que a memória individual seja analisada como a história da história, em consonância com reivindicações pela reintrodução da história nos estudos institucionais (MUTCH, 2017) e na teoria organizacional (SUDDABY, FOSTER, MILLS et al., 2013; SUDDABY, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se retomar de forma sistemática e organizada algumas das diferentes vertentes de análise articuladas em torno do institucionalismo organizacional. Ecoando a pluralidade observada no campo da administração e da teoria organizacional, os estudos realizados no âmbito da corrente apresentam caráter heterogêneo no que diz respeito aos pressupostos ontológicos e epistemológicos, aos níveis de análise e ênfases adotados. Conquanto a multiplicidade de visões a caracterize, identificamos certo consenso no diagnóstico de que este corpo teórico carece de uma teoria da ação que permita a superação do determinismo estrutural ao mesmo tempo em que permita evitar concepções ultra-agênticas dos atores organizacionais (MUTCH, 2017; SUDDABY, 2010; SUDDABY, FOSTER, MILLS et al., 2013). Assim, propomos a teoria do organizar (WEICK, 1979) como microfundação da análise organizacional institucional.

A inserção da tríade *enactment*-seleção-retenção como referência de análise cumpre duplo papel. Metodologicamente, provê referências para análise de entrevistas conversacionais e observações etnográficas. Teoricamente, sua orientação retrospectiva auxilia o desafio de compreender como se relacionam as memórias institucionais coletivas e individuais (DOUGLAS, 1986), bem como as implicações dessa relação sobre a formação da ação. Assim, possibilita a investigação da manutenção do organizar realizado de forma distribuída e fortemente influenciado por papéis que extrapolam a estrutura organizacional.

Ao aportar uma teoria da ação mais verossímil do que as versões voluntaristas baseadas na ideia da cultura como “kit de ferramentas” (SWIDLER, 1986; BINDER, 2007; SHARMA e GOOD, 2013), o organizar permite que se considere o caráter improvisacional que muitas vezes marca a formação da ação, sobretudo quando se compreende a coexistência de diferentes ordens institucionais (FRIEDLAND e ALFORD, 1991; THORNTON, OCASIO e LOUNSBURRY, 2012) que, existindo contraditoriamente (SEO e CREED, 2002), promovem inúmeras possibilidades de ação e interpretação. Entretanto, diferentemente da versão interacionista-simbólica, onde a ação é produto da interpretação, no organizar o *enactment* forja as bases sobre as quais os processos interpretativos de seleção e retenção ocorrem. Informada por tipificações e categorizações institucionalizadas local e extralocalmente, essa interpretação é também influenciada por conteúdos acumulados ao longo de trajetórias biográficas que guardam forte correspondência com o território e pela forma de retenção resultante dos múltiplos processos triádicos (*enactment*-seleção-retenção).

Mais do que profissões ou ocupações formais baseadas em papéis fortemente institucionalizados, categorias sociais semiprofissionalizadas, como o agente de desenvolvimento (MENDONÇA e ALVES, 2012), ou territorialmente articuladas, como o camponês e o caçara, o extrativista e o assentado, são construções identitárias. Em cada lugar, elas ganham sentido por meio dos processos históricos diversos, manifestando-se de modo variado. Compreender como a história é acumulada como memória individual e coletiva (DOUGLAS, 1986), influenciando a formação da ação e a significação das relações sociais em ambientes institucionalmente contraditórios (SEO e CREED, 2002), é algo necessário para que a análise organizacional dê conta da complexidade institucional que caracteriza países como o Brasil.

Nos chamados países em desenvolvimento, aquilo que se compreendeu na teoria social como expressão do processo de modernização – a secularização e a divisão do trabalho, especialmente – foi observada parcialmente. Desse modo, a coexistência de ordens institucionais como o mercado, a família e a comunidade (FRIEDLAND e ALFORD, 1991; THORNTON,

OCASIO e LOUNSBURRY, 2012), em seu caráter contraditório (SEO e CREED, 2002), coloca nos mesmos espaços coletividades formais orientadas por categorias e tipificações institucionalizadas diversas, como no caso de organizações governamentais e empresas, de um lado, e grupos de agricultores familiares e coletivos autonomistas, de outro.

O caráter contraditório da pluralidade institucional (SEO e CREED, 2002) afasta a possibilidade do livre manejo de repertórios culturais, como preconizado em alguns trabalhos institucionalistas (SHARMA e GOOD, 2013). Embora os trabalhos das instituições habitadas (HALLETT e VENTRESCA, 2006) revelem o caráter variado dos sentidos atribuídos localmente às instituições, explicando suas diferentes manifestações, resta compreender como se dão os processos de construção desses sentidos.

Procuramos demonstrar como a compreensão da relação entre ação e interpretação por meio do conceito de *enactment* pode proporcionar um entendimento mais aprofundado do modo como os atores, ou seja, indivíduos e organizações, respondem à ambiguidade e à equivocidade (WEICK, 1979) decorrentes da multiplicidade de ordens institucionais (FRIEDLAND e ALFORD, 1991; THORNTON, OCASIO e LOUNSBURRY, 2012) que existem contraditoriamente (SEO e CREED, 2002). Desse modo, demonstramos que os processos de *enactment* não se dão em um vazio, já que situados em relação a atributos estruturais historicamente consolidados. Ao mesmo tempo, procuramos garantir à análise institucional a flexibilidade analítica para compreender processos de variação e mudança por meio da consideração do caráter improvisacional da ação, como formulado por Weick (1979).

REFERÊNCIAS

- ABERNETHY, M. A.; CHUA, W. F. A field study of control system “redesign”: the impact of institutional processes on strategic choice. **Contemporary Accounting Research**, v. 13, n. 2, p. 569-606, 1996.
- BARLEY, S. R. Coalface institutionalism. In: GREENWOOD, R. et al. (Ed.). **The Sage handbook of organizational institutionalism**. London: Sage, 2008. p. 822.
- BARLEY, S. R.; TOLBERT, P. S. Institutionalization and structuration: Studying the links between action and institution. **Organization Studies**, v. 18, n. 1, p. 93-117, 1997.
- BATTILANA, J. Agency and institutions: the enabling role of individuals’ social position. **Organization**, v. 13, n. 5, p. 653-676, 2006.
- BATTILANA, J.; DORADO, S. Building sustainable hybrid organizations: the case of commercial microfinance organizations. **Academy of Management Journal**, v. 53, n. 6, p. 1419-1440, 2010.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1974.
- BERNINI, C. I. **Guapiruvu (Sete Barras-SP): um encontro contraditório entre ambientalismo e luta pela terra**. 2005. 81 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BERNINI, C. I. **De posseiro a assentado**: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, Sete Barras-SP. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BINDER, A. For love and money: organizations’ creative responses to multiple environmental logics. **Theory and Society**, v. 36, n. 6, p. 547-571, 2007.
- BOURDIEU, P. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.
- COLEMAN, A. et al. Local histories and local sensemaking: a case of policy implementation in the English National Health Service. **Policy & Politics**, v. 38, n. 2, p. 289-306, 2010.
- CORNELISSEN, J. P.; CLARKE, J. S. Imagining and rationalizing opportunities: inductive reasoning and the creation and justification of new ventures. **The Academy of Management Review**, v. 35, n. 4, p. 539-557, 2010.
- CZARNIAWSKA, B. **A theory of organizing**. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2014.
- DIMAGGIO, P. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, L. (Ed.). **Institutional patterns and organizations**: culture and environment. Cambridge: Ballinger, 1988. p. 3-21.
- DIMAGGIO, P.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: collective rationality and institutional isomorphism in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.
- DOBBIN, F. et al. Equal opportunity law and the construction of internal labor markets. **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 2, p. 396-427, 1993.
- DOUGLAS, M. **How institutions think**. Syracuse: Syracuse University Press, 1986.
- EDWARDS, T. Institutional theory: reflections on ontology. In: RAZA, M.; WILLMOTT, H.; GREENWOOD, M. (Ed.). **The Routledge companion to philosophy in organization studies**. London/New York: Routledge, 2015. p. 125-137.
- EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.
- EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A. What is agency? **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.
- FINE, G. A. The sad demise, mysterious disappearance, and glorious triumph of symbolic interactionism. **Annual Review of Sociology**, v. 19, n. 1, p. 61-87, 1993.
- FLIGSTEIN, N. **The transformation of corporate control**. Cambridge: Harvard University, 1990.
- FRIEDLAND, R. Institution, practice, and ontology: toward a religious sociology. In: FRIEDLAND, R. **Institutions and ideology**. Bingley: Emerald, 2009. p. 45-83.
- FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Bringing society back. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 232-267.
- GLYNN, M. A. Book Review, The Institutional Logics Perspective: A New Approach to Culture, Structure, and Process (by Thornton, Ocasio & Lounsbury). **Administrative Science Quarterly**, v. 58, n. 3, 2013. p. 493-495.
- GOULDNER, A. W. **Patterns of industrial bureaucracy**. Glencoe: The Free Press, 1954.
- GRIGOLETTO, F. **O bairro Guapiruvu como lugar-organização**: uma abordagem institucional do organizar. 2018. 258 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Programa de Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, 2018.
- HAEDICKE, M. A. “Keeping our mission, changing our system”: translation and organizational change in natural foods co-ops. **The Sociological Quarterly**, v. 53, n. 1, p. 44-67, 2012.
- HALLETT, T. The myth incarnate recoupling processes, turmoil, and inhabited institutions in an urban elementary school. **American Sociological Review**, v. 75, n. 1, p. 52-74, 2010.
- HALLETT, T.; VENTRESCA, M. J. Inhabited institutions: social interactions and organizational forms in Gouldner’s Patterns of Industrial Bureaucracy. **Theory and Society**, v. 35, n. 2, p. 213-236, 2006.
- HARDY, C.; MAGUIRE, S. Institutional entrepreneurship. In: GREENWOOD, R. et al. (Ed.). **The Sage handbook of organizational institutionalism**. Thousand Oaks: Sage, 2008. p. 198-217.
- HIRSCH, P. M.; LOUNSBURY, M. Ending the family quarrel: toward a reconciliation of “old” and “new” institutionalisms. **American Behavioral Scientist**, v. 40, n. 4, p. 406-418, 1997.
- HIRSCH, P. M.; LOUNSBURY, M. Toward a more critical and “powerful” institutionalism. **Journal of Management Inquiry**, v. 24, n. 1, p. 96-99, 2015.

- HWANG, H.; COLYVAS, J. A. Problematizing actors and institutions in institutional work. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 1, p. 62-66, 2011.
- JARZABKOWSKI, P.; MATTHIESEN, J.; VAN DE VEN, A. "Doing which work? A practice approach to institutional pluralism". In: LAWRENCE, T.; SUDDABY, R.; LECA, B. (Ed.). **Institutional work: actors and agency in institutional studies of organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 284-316.
- JENSEN, T. B.; KJÆRGAARD, A.; SVEJVIG, P. Using institutional theory with sensemaking theory: a case study of information system implementation in healthcare. **Journal of Information Technology**, v. 24, n. 4, p. 343-353, 2009.
- KATZ, D.; KAHN, R. L. **The social psychology of organizations**. New York: Wiley, 1978.
- LAWRENCE T. B.; SUDDABY, R. 'Institutions and Institutional Work'. In: CLEGG, S. R. et al. (Eds.). **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 2006. p. 215-254.
- LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2009.
- LOW, B.; JOHNSTON, W. Securing and managing an organization's network legitimacy: the case of Motorola China. **Industrial Marketing Management**, v. 37, n. 7, p. 873-879, 2008.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. esp., p. 9-40, 2005.
- MACIEL, C. O.; WEYMER, A. S. Q.; AUGUSTO, P. O. M. Identificando os condicionantes socialmente construídos (Enacted) das práticas estratégicas em ambientes altamente institucionalizados. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 1, p. 79-97 2012.
- MAGUIRE, S.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. B. Institutional entrepreneurship in emerging fields: HIV/AIDS treatment advocacy in Canada. **Academy of Management Journal**, v. 47, n. 5, p. 657-679, 2004.
- MAIR, J.; MAYER, J.; LUTZ, E. Navigating institutional plurality: organizational governance in hybrid organizations. **Organization Studies**, v. 36, n. 6, p. 713-739, 2015.
- MAITLIS, S.; CHRISTIANSON, M. Sensemaking in organizations: taking stock and moving forward. **The Academy of Management Annals**, v. 8, n. 1, p. 57-125, 2014.
- MARINHO, M. A. **Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)**. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MARQUIS, C.; GLYNN, M. A.; DAVIS, G. F. Community isomorphism and corporate social action. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 925-945, 2007.
- MARTÍ, I.; MAIR, J. Bringing change into the lives of the poor: entrepreneurship outside traditional boundaries. In: LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. (Ed.). **Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2009. p. 92-119.
- MCKAGUE, K.; ZIESTMA, C.; OLIVER, C. Building the social structure of a market. **Organization Studies**, v. 36, n. 8, p. 1063-1093, 2015.
- MENDONÇA, P. M. E.; ALVES, M. A. Institutional entrepreneurship and professionalization of the rural development of the sisal region in Brazil. **Revista de Administração**, v. 47, n. 3, p. 489-499, 2012.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- WRIGHT-MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MUNIR, K. A. A loss of power in institutional theory. **Journal of Management Inquiry**, v. 24, n. 1, p. 90-92, 2015.
- MUTCH, A. Practice, Substance, and History: Reframing Institutional Logics. **Academy of Management Review**, v. 43, n. 2, p. 242-258, 2018.
- NOGUEIRA, F. A. **Gestão de membresia: a relação entre associação e associados em três casos brasileiros**. 2014. 351 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Programa de Administração Pública e Governo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2014.
- PACHE, A.; SANTOS, F. Inside the hybrid organization: selective coupling as a response to competing institutional logics. **Academy of Management Journal**, v. 56, n. 4, p. 972-1001, 2013.
- PARKER, M. et al. (Ed.). **The Routledge companion to alternative organization**. London/New York: Routledge, 2014.
- POWELL, W. W.; COLYVAS, J. A. Microfoundations of institutional theory. In: GREENWOOD, R. et al. (Ed.). **The Sage handbook of organizational institutionalism**. Thousand Oaks: Sage, 2008. p. 276-298.
- POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. Introduction. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 1-38.
- ROTHSCHILD-WHITT, J. The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, v. 44, n. 4, p. 509-527, 1979.
- SANDBERG, J.; TSOUKAS, H. Making sense of the sensemaking perspective: its constituents, limitations, and opportunities for further development. **Journal of Organizational Behavior**, v. 36, p. 6-32, 2015.
- SCHUTZ, A. **The phenomenology of the social world**. Evanston: Northwestern University Press, 1967.
- SCOTT, W. R. **Institutions and organizations: foundations for organizational science**. London: Sage, 1995.
- SCULLY, M.; CREED, D. Stealth legitimacy: employee activism and corporate response during the diffusion of domestic partner benefits. In: THE ACADEMY OF MANAGEMENT MEETINGS, 1997, Boston. **Proceedings...** Boston: Academy of Management, 1997.
- SELZNICK, P. **TVA and the grass roots: a study in the sociology of formal organization**. Berkeley, CA: University of California Press, 1949. v. 3.
- SEO, M.; CREED, W. D. Institutional contradictions, praxis, and institutional change: a dialectical perspective. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 2, p. 222-247, 2002.
- SHARMA, G.; GOOD, D. The work of middle managers: sensemaking and sensegiving for creating positive social change. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 49, n. 1, p. 95-122, 2013.

- STINCHCOMBE, A. Organizations and social structure. In: MARCH, J. G. (Ed.). **Handbook of organizations**. Chicago: Rand McNally, 1965. p. 142-193.
- SUDDABY, R. Challenges for institutional theory. **Journal of Management Inquiry**, v. 19, n. 1, p. 14-20, 2010.
- SUDDABY, R. Can institutional theory be critical? **Journal of Management Inquiry**, v. 24, n. 1, p. 93-95, 2015.
- SUDDABY, R. Toward a historical consciousness: following the historic turn in management thought. **M@n@gement**, v. 19, n. 1, p. 46-60, 2016.
- SUDDABY, R.; FOSTER, W. M.; MILLS, A. J. Historical institutionalism. In: BUCHELI, M.; WADHWANI, D. (Ed.). **Organizations in time: history, theory, methods**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 110-123.
- SUDDABY, R.; VIALE, T.; GENDRON, Y. Reflexivity: the role of embedded social position and entrepreneurial social skill in processes of field level change. **Research in Organizational Behavior**, v. 36, p. 225-245, 2016.
- SWIDLER, A. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**, v. 51, n. 2, p. 273-286, 1986.
- THORNTON, P. H.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. **The institutional logics perspective: a new approach to culture, structure, and process**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. Institutional sources of change in the formal structure of organizations: the diffusion of civil service reform, 1880-1935. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, p. 22-39, 1983.
- VORONOV, M.; VINCE, R. Integrating emotions into the analysis of institutional work. **Academy of Management Review**, v. 37, n. 1, p. 58-81, 2012.
- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42-61, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura e Sociedade**, v.17, n. 1, p. 60-85, 2009.
- WEBER, K.; GLYNN, M. A. Making sense with institutions: context, thought and action in Karl Weick's theory. **Organization Studies**, v. 27, n. 11, p. 1639-1660, 2006.
- WEICK, K. **The social psychology of organizing**. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WEICK, K. **Sensemaking in organizations**. London: Sage, 1995.
- WEICK, K. E.; SUTCLIFFE, K. M.; OBSTFELD, D. Organizing and the process of sensemaking. **Organization Science**, v. 16, n. 4, p. 409-421, 2005.
- WILLMOTT, H. "Institutional work" for what? Problems and prospects of institutional theory. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 1, p. 67-72, 2011.
- WILLMOTT, H. Why institutional theory cannot be critical. **Journal of Management Inquiry**, v. 24, n. 1, p. 105-111, 2015.
- ZUCKER, L. G. Where do institutional patterns come from? Organizations as actors in social systems. In: ZUCKER, L. G. (Ed.). **Institutional patterns and organizations: culture and environment**. Cambridge: Ballinger, 1988. p. 23-52.

Fábio Grigoletto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3691-9743>

Doutor em Administração Pública e Governo na Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP); Professor adjunto na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Campus Lagoa do Sino, Buri – SP, Brasil. E-mail: fabio.grigoletto@ufscar.br

Mário Aquino Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6819-2585>

Doutor em Administração na Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP); Professor adjunto na Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP), São Paulo – SP, Brasil. E-mail: mario.alves@fgv.br